



Município de Coxilha torna público que no dia 07/07/2020, às 14 horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Coxilha, se reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber a documentação e as propostas para aquisição de peças para o caminhão com peças novas e originais para caminhão VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000, **compreendendo a mão-de-obra e o fornecimento das peças necessárias**, obedecidas às condições previstas no presente edital, e na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

1. Do Objeto:

O objeto desta licitação é o bens e serviços para o conserto do caminhão com peças novas e originais, caminhão VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000., compreendendo a mão-de-obra e o fornecimento das peças necessárias para o perfeito funcionamento desse caminhão, conforme consta da seguinte descrição:

Item	Qtde	Un	Descrição – Peças novas e originais para caminhão VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000.	R\$ Unitário Referência
1	1	Un	Motor Novo Completo CUMMINS 6BT 5.9 litros incluindo a bomba injetora, bicos, turbina, canos, coletor, cárter, parafusos e demais itens necessários, todos novos de 1 ^a linha, pronto instalado no caminhão e funcionando.	R\$ 36.422,00
Valor total estimado				R\$ 36.422,00

1.1 Compreendem-se no valor proposto todos os materiais necessários para a execução dos serviços, inclusive de limpeza, óleos e graxas, também fazem parte da cotação total.

1.2 Conforme define a norma ABNT NBR 15296:2005, peça de reposição original é também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

1.3 O prazo de garantia total dos itens consertados será de 06(seis) meses, sem limite de quilometragem, e no prazo de garantia correrá por conta do licitante vencedor todas as despesas necessárias para execução dos serviços de consertos e reparos, inclusive eventuais substituições de peças que se façam necessárias. Os serviços de garantia serão prestados no Município de Coxilha,



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA**

cujo deslocamento será ônus do licitante vencedor. Sendo necessária a remoção do equipamento para a oficina do licitante vencedor, caberá este o ônus do deslocamento.

1.4. Despesas de remoção e devolução do caminhão correm por conta do licitante, o qual se encontra na garagem do Município, junto a Secretaria Municipal de Obras para o devido exame.

1.5. No período da garantia o licitante vencedor terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para efetuar o conserto, caso este seja complexo, e no prazo de 2 dias corridos para corrigir o problema detectado, caso seja de fácil solução. Eventual substituição de peças também deverá ocorrer com peças genuínas ou originais.

1.6. O licitante vencedor terá até 10 (dez) dias corridos, contados da Autorização de Fornecimento, contando-se o prazo a partir da comunicação formal ao licitante vencedor que será efetuada via e-mail com encaminhamento empenho, para a entrega do caminhão, na Prefeitura Municipal de Coxilha, devidamente consertado. *Antes de iniciar o serviço deverá o contratado designar data para fins de conferência das peças, ocasião que as novas deverão ser exibidas ao fiscal do contrato.*

2. Da Habilitação

2.1 Para efeito de participação, os interessados deverão apresentar no “envelope documentação”, os seguintes documentos:

2.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia da Cédula de Identidade e CPF do(s) diretor(es) da empresa licitante;
- b) Registro comercial no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, compatível com o objeto desta licitação.
- d) Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, nem de seus sócios ou diretores, de acordo com o modelo constante no **Anexo III** e sob as penalidades cabíveis, e também o compromisso de declarar a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93.

2.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

A) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado;

B) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade com a Fazenda



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA**

Federal deverá ser emitida pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

- C) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situações regulares no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- D) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- E) Prova e inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA

Certidão negativa da falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio desta, não expedida a menos de dois meses da data definida para o certame;

2.1.4 Declaração do licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do **Anexo III**), assinada por representante(s) legal (is) da empresa

2.3 DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.3.1. As microempresas e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, e devido a necessidade de identificação pela Comissão Permanente de Licitações, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação.

2.3.2 O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte(EPP) somente será procedido pela Comissão Permanente de Licitações, se o interessado comprovar tal situação jurídica através do seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME ou EPP (art. 72 da Lei Complementar 123/06), ou através da apresentação do comprovante de enquadramento do licitante na condição de ME ou EPP, mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão de registro de seus atos constitutivos.

2.3.3 O descumprimento da Lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome credenciado as extensões “ME” ou “EPP”, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Comissão de Permanente de Licitações, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicável ao presente certame.

2.3.4 A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA**

2.4 Os documentos constantes dos itens 2.1.1 a 2.1.4 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município.

2.5 DA HABILITAÇÃO DAS “ME” E “EPP”

2.5.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

2.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas, o prazo de 5(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.5.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei de Licitações 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação em dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em uma via digitalizada, assinada em sua última folha e rubricadas nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, lacrados, contendo na sua parte externa fronteira, a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE COXILHA

CONVITE N° 03/2020.

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa)

AO MUNICÍPIO DE COXILHA

CONVITE N° 03/2020.

ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA FINANCEIRA

PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa)

3.2 O envelope n. 1 deverá conter:

Documentação descrita no item 2. Da Habilitação



- a) Se representante legal deverá apresentar, **Instrumento público ou particular de procuração**, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda à indicação de amplos poderes para participar desta licitação pública, inclusive de renunciar a prazo recursal, recorrer, tudo assinar para o bom andamento deste certamente, inclusive contrato se vencedor for;
- b) Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, nem de seus sócios ou diretores, de acordo com o modelo constante no **Anexo III** e sob as penalidades cabíveis, e também o compromisso de declarar a superveniência de fato impeditiva para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93.
- c) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte para poder se beneficiar do disposto na Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar declaração em separado de que a licitante se enquadra no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme Anexo VI do presente Edital.

3.2.1. A não entrega da Declaração de enquadramento indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar n. 123 de 2006.

3.3. Cada pessoa poderá representar apenas uma empresa.

3.4 O envelope n. 2 deverá conter:

3.4.1. A proposta financeira **impressa** em uma via datada e assinada pelo representante legal da proponente, sem emendas, rasuras, ressalvadas ou entrelinhas, constando além de outras necessariamente o seguinte:

- a) A proposta deverá conter o valor em moeda corrente nacional (real), com até duas casas após a vírgula, onde estejam incluídas todas as despesas inerentes a prestação dos serviços ora licitados, como obrigações fiscais, instalações, transporte, despesas de deslocamentos e outros que vierem a ocorrer em decorrência do serviço.
- b) Validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da mesma.

4. DO JULGAMENTO:

4.1 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

4.2 Para efeitos de julgamento, esta licitação é do tipo Menor Preço Global.

4.3 O julgamento das propostas e a adjudicação serão divulgados mediante divulgação no mural, no átrio da Prefeitura.

4.4 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA**

este edital, bem como com preços superestimados ou inexequíveis, **ou valor superior ao preço de referência.**

4.5 O julgamento será realizado de forma global, levando em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL**, classificando-se em primeiro lugar a proposta que se apresentar em conformidade com as especificações do Edital e ofertar o Menor Preço.

4.6 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo segundo, do art. 3.º da Lei Federal 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

4.7 Os preços devem ser básicos para a data do recebimento da proposta prevista neste edital, desclassificando-se proposta que informar outro critério.

4.8 Em caso de divergências entre preços unitários e totais, prevalecerão os preços unitários. Entre expressões numéricas em algarismo e por extenso, prevalecerão as últimas.

4.9 Será considerado o menor preço tomando-se por base àquele vigente na data da abertura das propostas.

4.10 Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á no reconhecimento de empate, conforme § 1º do art. 44 da Lei Complementar 123.

4.10.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma constante neste item 4.10, poderá apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, se assim o fizer.

4.10.2 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 4.10, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.10.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.10.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 dias, após solicitação da Comissão Permanente de Licitações, sob pena de preclusão.

4.10.5 A Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar, a qualquer momento, documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.10.6 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores conferidas



pela Lei Complementar 123, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.10.7 O disposto nos itens **4.10.1 a 4.10.6** deste edital, somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra no intervalo estabelecido no item **4.10**.

5. DO PROCEDIMENTO:

5.1 Após declarado encerrado o prazo para recebimento dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas, já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

5.2 Abertos os invólucros contendo os documentos de habilitação e de propostas, estes serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes presentes. A abertura dos envelopes obedecerá a forma estabelecida neste edital.

5.3 Serão considerados inabilitados automaticamente os proponentes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, ou não tenham atendido satisfatoriamente as condições deste Edital. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento.

5.4 Não será aceito qualquer documento por via fac-simile, nem cópia realizada com papel próprio para fac-simile, ainda que autenticado.

5.5 Aberto o envelope n. 01, na data prevista para recebimento das propostas, e constatada a regularidade dos proponentes, a Comissão processará a abertura dos envelopes n. 02, sempre em sessão pública, previamente designada, que poderá realizar-se logo após a esta, se todas as proponentes habilitadas ou não, renunciarem a faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante a consignação dessa circunstância em ata, por todos assinadas.

5.6 Os invólucros contendo as propostas dos participantes declarados inabilitados serão devolvidos, ainda, lacrados, diretamente ou pelo correio, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

5.7 Abertos os envelopes de n. 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas, folha a folha, pelos proponentes presentes e pela Comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as exigências do Edital ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.



5.8 A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, através de comissão técnica de Fiscalização, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelos proponentes, neles compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes a licitação, inclusive durante o período contratual.

5.9 Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

6. DOS RECURSOS:

6.1 Declarado o vencedor, ou mesmo de fatos ocorridos durante o certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 02(dois) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar (em) contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

6.2 A manifestação na sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

6.3 As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, a Comissão de Licitação, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

6.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso.

6.5 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei 8.666, e alterações.

7. DO CONTRATO

7.1 Encerrada a fase de julgamento e este homologado pelo Prefeito Municipal, a administração convocará o vencedor para assinar o contrato, no prazo de 05 dias contado do recebimento da carta com aviso de recepção comunicando o vencedor, ou por ciência no próprio processo, ou por telegrama, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e alterações.

7.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no **item 7.1.**

7.3 Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então, revogará a licitação, sem



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

prejuízo de pena de multa, no valor correspondente a 10% do valor total da proposta, mais a advertência, para o licitante vencedor que desistiu.

7.4 O licitante vencedor fica obrigado a assinar o contrato em anexo, sob pena de incidir as penalidades previstas neste edital, inclusive de decaimento.

7.5 A Comissão de Licitação é soberana para, fundamentadamente, desclassificar qualquer proposta, bem como sugerir a revogação da licitação, sem que assista aos proponentes direitos a indenização ou resarcimento, na forma da lei.

7.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Coxilha,

8. DAS SANÇÕES:

8.1 Em caso de inadimplemento a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades:

8.1.1 ADVERTÊNCIA - Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

8.1.2 MULTA – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ocorrendo atraso no cumprimento da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

Prazo máx. de entrega(em dias)

Multa(%) = (resultado da operação acima) x (percentual fixo) Multa = o resultado será o valor da multa.

- a) Na hipótese de aplicação de multa fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de optar pela dedução correspondente sobre qualquer pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**.
- b) multa também incidirá em decorrência da não correção de fornecimento de produtos ou serviços não aprovados pela Administração, e não corrigidos imediatamente, sobre o valor não corrigido.

8.1.3 Se o incumprimento contratual for substancial a administração reincidirá o contrato, aplicará multa de 15% do valor do contrato adjudicado, e suspenderá o direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 anos.

8.1.3.1 Em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei 8.666/93.

8.1.4 A rescisão do contrato também se dará pelos motivos consignados no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações, no que couber.

8.1.5 A multa aplicada será descontada do valor a ser pago ao licitante, e na ausência de saldo, caberá ao licitante complementar.

9. FORMA DE PAGAMENTO:



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA**

9.1. O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira 20 (vinte) dias após a entrega e a segunda 30 dias após o primeiro pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal com a aceitação dos materiais/serviços.

9.1.1. As peças usadas que foram substituídas, deverão ser devolvidas para fins de ser possibilitado o pagamento que trata o item 9.1.

9.2. Nos valores, estão incluídos todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, além da garantia mínima total das mercadorias, durante a vigência deste contrato.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente edital.

10.2 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

10.3 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de outros documentos.

10.4 Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os documentos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitação.

10.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não será admitido à licitação os participantes retardatários.

10.6 O Foro de eleição é o da comarca de Passo Fundo - RS.

10.7 Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

10.8 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações:

10204 - 05.01.26.782.0004.2032 - 3.3.90.30.39.00.00

10.9 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I Minuta do Contrato.

Anexo II Modelo para preenchimento de Proposta.

Anexo III Modelo de Declaração cumprimento art. 7º da Constituição Federal e Modelo de Declaração Idoneidade

Anexo IV Modelo de Representação.

Anexo V Modelo de Declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

Anexo VI Valor de Referência

10.10. Maiores informações sobre o edital ou sobre procedimentos, deverá entrar em contato pelo telefone (54) 3379- 2510 ou pelo email: licita@pmcoxilha.rs.gov.br

Coxilha, de 26 junho de 2020.

ILDO JOSÉ ORTH

Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO I

MINUTA

TERMO DE CONTRATO: /2020

OBJETO: Aquisição de peças para o caminhão (peças novas e originais) VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000, **compreendendo a mão-de-obra e o fornecimento das peças necessárias**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COXILHA

CONTRATADA : XXXXXXXXX

PROCESSO: Nº 38/2020 - Convite Nº 03/2020.

VALOR DO CONTRATO: R\$

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COXILHA, entidade jurídica de Direito público, com sede à Av. Fioravante Franciosi, 68, inscrito no CNPJ nº 92.411.933/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ILDO JOSÉ ORTH, portador do RG nº XXXXXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, e, de outro lado, **CONTRATADA:** A empresa (...), inscrita no CNPJ sob o nº (...) e estabelecida na (...), representada pelo seu (...), Sr. (...), inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

1. Cláusula Primeira – A **Contratada** fornecerá ao **CONTRATANTE** os serviços e peças necessários para o conserto do caminhão (peças novas e originais) VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000, **compreendendo a mão-de-obra e o fornecimento das peças necessárias**, abaixo especificadas, sendo o total de mão de obra no valor de R\$ (.....) e o total de peças na quantia de R\$..... (.....) o que totaliza o valor deste contrato em R\$(.....) Especifica-se o valor dos itens, sendo as peças genuínas/originais:

.....



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em até 30(dias) após a entrega do veículo a municipalidade, devidamente consertado.

Parágrafo Segundo - O licitante vencedor terá até 20(vinte) dias corridos, contados da assinatura deste contrato, para a entrega do caminhão, na Prefeitura Municipal de Coxilha, devidamente consertado. **Antes de iniciar o serviço deverá o contratado designar data para fins de conferência das peças genuínas/originais que serão utilizadas.**

2. Cláusula Segunda – O prazo de garantia total dos itens consertados do motor será de 06(seis) meses, sem limite de quilometragem, e no prazo de garantia correrá por conta do licitante vencedor todas as despesas necessárias para execução dos serviços de consertos e reparos, inclusive eventuais substituições de peças que se façam necessárias. Os serviços de garantia serão prestados no Município de Coxilha, cujo deslocamento será ônus do licitante vencedor. Sendo necessária a remoção do caminhão para a oficina do licitante vencedor, caberá este o ônus do deslocamento de ida e retorno.

Parágrafo único - No período da garantia o licitante vencedor terá o prazo de 30 dias corridos para efetuar o conserto, caso este seja complexo, e no prazo de 2 dias corridos para corrigir o problema detectado, caso seja de fácil solução. Eventual substituição de peças também deverá ocorrer com peças todas genuínas ou originais, conforme proposta vencedora.

3. Cláusula Terceira – A **CONTRATADA** se responsabiliza pela entrega do objeto licitado na cidade de Coxilha – RS, sem ônus para o Município, devidamente consertado, bem como a remoção até o estabelecimento da contratada para o conserto.

4. Cláusula Quarta – A Contratada em caso de inadimplemento estará sujeita às seguintes penalidades:

4.1– Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada a desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades;

4.2 – Multa – No caso de atraso ou negligência, na execução dos serviços ou no fornecimento do material, será aplicada à Contratada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação, calculada conforme fórmula abaixo:

Multa = (valor do contrato) x dias de atraso

Prazo máx. de entrega (em dias)

Multa(%) = (resultado da operação acima) x (percentual fixado) Multa = o resultado será o valor da multa

a) Na hipótese de aplicação de multa fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

optar pela dedução correspondente sobre qualquer pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**.

- b)** A multa também incidirá em decorrência da não correção de fornecimento de produtos ou serviços não aprovados pela Administração, e não corrigidos imediatamente, sobre o valor não corrigido.

4.3 Se o incumprimento contratual for substancial a Administração reincidente o contrato, aplicará multa de 15% do valor do contrato adjudicado, e suspenderá o direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções contidas na Lei 8.666/93.

5. Cláusula Quinta – As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:
10204 – 05.01.26.782.0004.2032.3.3.90.30.39.00.00

6. Cláusula Sexta – A **CONTRATADA** assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. Cláusula Sétima – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

8. Cláusula Oitava – Constitui motivo para rescisão do contrato, as previstas no art. 77,78, principalmente dos incisos I, II, VI, IX, XI, XII, XIV, XVII, mais os casos previstos no art. 79, em seus parágrafos e incisos, bem como do art. 80, todos da Lei 8.666/93 e alterações.

9. Cláusula Nona – A **CONTRATADA** signatária fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora.

10. Cláusula Décima - A **CONTRATANTE** poderá descontar das parcelas vincendas o valor equivalente à multa que tenha incidido a **CONTRATADA** por descumprimento ao que fora pactuado, bem como qualquer tributo incidente.

11. Cláusula Décima Primeira – O presente contrato é complementado e integrado pelas regras constantes no edital de Convite nº 03/2020.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

12. Cláusula Décima Segunda – Caberá ao Sr. responsabilidade de cuidar do caminhão, assumindo doravante as funções de depositário do mesmo, sem qualquer ônus para o contratante, devendo restituí-lo tão logo concluído o conserto motor, dentro do prazo estabelecido neste edital.

13. Cláusula Décima Terceira - Caberá a contratada informar as medidas de revisão e troca de óleo para o regular funcionamento e observância dos termos da garantia.

14. Cláusula Décima Quarta - O Foro de eleição é o da Comarca de Passo Fundo - RS.

Assim, após lido na presença do **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assinaram o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, em duas vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos legais efeitos para si e seus sucessores.

Coxilha - RS, em de 2020.

ILDO JOSÉ ORTH

Prefeito Municipal

Contratante

Contratada

VAGNER NEGRI

Secretário da Agricultura

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Ao

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal de Coxilha – RS

Apresentamos abaixo nossa proposta para o conserto do caminhão, **como descrito abaixo.**

Declaro que estamos de acordo com as condições do Convite nº 03/2020, e com a Lei nº 8.666/93.

- a) Preço Total para as peças, R\$
- b) Preço Total para serviços R\$
- c) Preço Total proposto R\$
- d) O prazo de entrega do objeto licitado é de até(.....) dias consecutivos, após a
- e) O prazo de validade da presente proposta é de 60(sessenta) dias.
- f) Garantia total de 06(seis) meses, sem limites de quilometragem, a contar da entrega.
- g) No valor proposto estão incluídos todos os materiais de óleo, graxos, inclusive itens de limpeza que se façam necessários.

Declaro que as peças cotadas são todas genuínas ou originais.

....., de de 2020.

Representante da Empresa



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

**Anexo III
(MODELO)**

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade Convite nº /2020, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14(quatorze) anos.

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa signatária não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com o Poder Público, nem está proibida, quer por si ou seus sócios e diretores.

Obrigamo-nos a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

, em de de 2020

CGC/CNPJ:

Razão Social:

Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO IV
(MODELO DE REPRESENTAÇÃO)

A.....empresa, inscrita no CGC/CNPJ sob nº, através do presente, credencia o(a) Sr(a) , portador da cédula de identidade nº , C P F nº a p a r t i c i p a r da licitação instaurada pelo Município de Coxilha, na modalidade de Convite, sob o nº 03/2020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, assinar contrato, renunciar prazo recursal, recorrer, desistir, e praticar todos os demais inerentes ao certame.

, em de de 2020.

Representante Legal
(Firma Reconhecida)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO V
(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

....., inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), CPF nº e de seu Contador Sr. (a), portador do CRC nº, DECLARA, para fins de participação no Convite nº. 03/2020, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Data

(Representante Legal)

(Contador)

Obs: Esta declaração deverá ser entregue a Comissão de Licitações, no credenciamento e separadamente dos envelopes (Proposta e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº. 123/2006.



ANEXO VI
TERMO DE REFERENCIA

1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de motor novo instalado e funcionando, peças novas e originais destinado ao caminhão VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, a diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000, na quantidade e especificações mínimas constantes a seguir.
- 1.2 – Justifica-se a contratação pela necessidade deste veículo sofrer avaria no motor conforme laudo técnico e fotos anexo. O atendimento da demanda se faz necessária urgente para o atendimento dos serviços das Secretarias Municipais.

Item	Qtde	Un	Descrição – Peças novas e originais para caminhão VW/23.210 MOTOR CUMMINS, ano/modelo 2002, à diesel, chassi 9BW1K82TX2R212610, PLACA IKQ 7000.	R\$ Unitário Referência
1	1	Un	Motor Novo Completo CUMMINS 6BT 5.9 litros incluindo a bomba injetora, bicos, turbina, canos, coletor, cárter, parafusos e demais itens necessários, todos novos de 1 ^a linha, pronto instalado no caminhão e funcionando.	R\$ 36.422,00
Valor total estimado				R\$ 36.422,00

Observação importante: Conforme define a norma ABNT NBR 15296:2005, peça de reposição original é também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

2 – PRAZO DE ENTREGA

- 2.1- A entrega deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias após Autorização de Fornecimento, contando-se o prazo a partir da comunicação formal ao licitante vencedor que será efetuada via e-mail com encaminhamento empenho.



3 – DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1 - A entrega deverá ser efetuada na Av. Ilso José Webber, nº 122, na Secretaria de Obras.
- 3.2 – Só serão recebidos os serviços que estejam de acordo com cada solicitação devendo ser observada a quantidade e especificação.
- 3.3. Os serviços a serem prestados serão recebidos e conferidos pelos funcionários destacados pela secretaria requisitante.
- 3.4. No caso de entrega de produtos fora das condições normais de utilização, o funcionário recebedor fará constar a ressalva na nota fiscal e enjeitará o produto, para posterior substituição pela licitante vencedora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 3.5- Juntamente com o produto deverá ser entregue a Nota Fiscal Eletrônica, onde deverá constar a especificação e marca do item e também a Nota Fiscal/Fatura da prestação de Serviços.

4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE: Art. 3º, I da Lei 10.520/02

4.1. INCUMBE À CONTRATANTE

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
- II. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde;
- III. Designar Servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo;
- IV. Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- V. Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada;
- VI. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

4.2. INCUMBE À CONTRATADA

- I. Fornecer o objeto, conforme especificações e demais disposições deste Termo de Referência, do edital e nas condições contidas em sua proposta;
- II. Executar a entrega no local determinado e dentro dos prazos estabelecidos;
- III. Prestar assistência técnica na forma e prazos definidos, se for o caso;
- IV. Cumprir a garantia se for o caso;



- V. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho;
- VI. Manter, durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, as mesmas condições da habilitação;
- VII. Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento;
- VIII. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões.
- IX. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Secretaria Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira 20 (vinte) dias após a entrega e a segunda 30 dias após o primeiro pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal com a aceitação dos materiais/serviços.

5.2 - Nos valores, estão incluídos todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, além da garantia mínima total das mercadorias, durante a vigência deste contrato.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação:

10204 - 05.01.26.782.0004.2032 - 3.3.90.30.39.00.00

7 - VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

7.1. ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 36.422,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte dois reais).

8 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 8.1. O veículo se encontra na Mecânica Passo Diesel Ltda., no endereço Avenida Rio Grande, 5660, Município de Passo Fundo/RS, a disposição das licitantes para visita técnica.
- 8.2. Os serviços de retífica do referido veículo deverá ser prestado em oficina mecânica da Contratada, devendo disponibilizar o serviço de busca e devolução do veículo, sem ônus para o



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

Município de Coxilha.

RECIBO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Modalidade: Convite

Número: 38/2020

Data de Abertura da Licitação ...: 26/06/20

Data de Abertura das Propostas ..: 07/07/20

Horário: 14:00

Recebemos cópia do processo licitatório conforme especificações acima, bem como estamos cientes das condições gerais impressas na mesma e as demais normas que regem as licitações, especialmente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Carimbo:

Empresa.:

Endereço.:

Município:

Nome:

Data do Recebimento: ____/____/____

Assinatura: _____



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

CNPJ: 92.411.933/0001-90

Av. Fioravante Franciosi, 68, Centro, Coxilha – RS, CEP 99.145-000

Setor de Licitações | Fone: (54) 3379 2510 | email: licita@pmcoxilha.rs.gov.br | Site: www.pmccoxilha.rs.gov.br